

Programa Próximo Futuro

Workshop de Investigação “Felicidade”

Fundação Calouste Gulbenkian

José Vegar

[jvegar13@gmail.com](mailto:jvegar13@gmail.com)

919081330

Programa Doutoramento em Sociologia

CIES – ISCTE/IUL

## **Título**

Eliminar o Medo.

Os riscos globais e os mecanismos de garantia de felicidade dos Estados.

## **Abstract**

Na nossa comunicação, tomaremos como válida uma das propostas mais recentes de Appadurai, a da divisão entre entidades “vertebradas”, os Estados Nação, ainda presas aos protocolos e modos de regulação e acção tradicionais, e entidades “celulares”, como as organizações terroristas e criminosas globais, a quem a tecnologia, o sistema financeiro e a imigração permitem uma acção e uma influência para além de todas as fronteiras.

Neste contexto, partilhamos o conceito de risco global de Beck, como uma das hipóteses de conhecimento de uma sociedade contemporânea dominada pela globalização e pela interdependência política, económica e tecnológica.

Temos então, a partir daqui, espaço para desenvolver uma reflexão sobre as estratégias de resposta das entidades vertebradas, como são os sistemas biométricos e visuais de vigilância, ou as acções de obtenção de informação, gerando o que Amoore e De Goede

## Eliminar o medo - jvegar

---

chamam de “pequenas soberanias”, isto é sistemas de quase soberania dentro do Estado, em nome da eliminação do medo e da garantia de segurança total.

Assim sendo, lançaremos a hipótese de que esta estratégia de segurança total, de manutenção da felicidade dos cidadãos, pode gerar novos perigos.

### **Palavras Chave**

Risco global – pequenas soberanias – segurança total

### **Texto**

Arjun Appadurai defende que “Os Estados – nação modernos (...) percebem que estão envolvidas numa luta desesperada pela sobrevivência como formações globais” (2006:21).

Tomando como adequado este quadro de referência, Appadurai defende que a realidade global instalada, ao nível político e económico, determina uma mudança no modo de olhar a partilha actual do Poder, e aconselha a introdução de um corte entre “estruturas vertebradas” e “estruturas celulares” (2006). Para Appadurai, que procura conceber um quadro teórico para um estado do mundo ainda demasiado recente, os Estados - Nação são as estruturas vertebradas, “organizadas através de um sistema vertebral central de balanços internacionais de poder, tratados militares, alianças económicas e instituições de cooperação” (2006:129), ou seja, o contexto de organização de poder e soberania tradicional, que garante, apesar das inúmeras e repetidas anomalias e conflitos, um equilíbrio ao mundo.

Como estruturas celulares, o antropólogo considera, entre outras, as recentes redes terroristas e criminosas, “conectadas mas não geridas verticalmente, coordenadas mas notavelmente independentes, capazes de replicação sem a existência de directivas provenientes das estruturas centrais, incertas nas suas características organizacionais nucleares, mas cristalinas nas suas estratégias celulares e nos seus efeitos” (2006:28) e “ligadas por mecanismos sombrios a outras redes sem nome com tentáculos espalhados pelo mundo”( 2006:20).

## Eliminar o medo - jvegar

---

Appadurai, procurando identificar a dimensão real do risco em causa, não tem dúvidas em reconhecer que as estruturas celulares terroristas e criminosas mantêm os seus objectivos fundamentais clássicos, a prática do terror para atingir fins políticos, no caso das primeiras, a obtenção de lucro e poder, no caso das segundas. Mas o autor chama a atenção para o facto de que, numa espécie de movimento negro permitido pelos vários processos em curso de globalização, o conflito maior desencadeado pelo mundo celular “cujos componentes se multiplicam por associação e oportunidade” (2006:28), e que depende das “ferramentas essenciais das transferências monetárias, paraísos offshore, organização oculta e meios informais de treino e mobilização” (2006:28), é o criado pela realização das suas actividades “fora dos enquadramentos existentes de soberania, territorialidade e patriotismo nacional” (2006:129-130).

Appadurai nomeia assim entidades capazes de personificar e executar actos que materializam os riscos globais que alguns teóricos, como Beck, acreditam ser o contexto dominante das sociedades contemporâneas.

Beck propõe que os riscos contemporâneos “may be defined as a systematic way of dealing with hazards and insecurities induced and introduced by modernization itself” (1992:21), e são também “politically reflexive” (1992:21) já que representam “consequences which relate to the threatening force of modernization and to its globalization of doubt” (1992:21), especialmente o aumento, que Beck por vezes classifica de “apocalíptico”, dos riscos associados à produção global de riqueza e aos danos ecológicos.

Beck insiste na reflexividade e na construção política das tipologias contemporâneas de risco, defendendo, num primeiro passo, que os riscos são “risks in knowledge” (1992:55) e igualmente “social constructs which are strategically defined, covered up or dramatized in the public sphere with the help of scientific material supplied for the purpose” (1996:4), não esquecendo, ao mesmo tempo, que aqueles “escape perception and are localized in the sphere of physical and chemical formulas” (1992:21).

Beck pretende, antes de tudo o resto, estabelecer uma fronteira clara entre risco e catástrofe. Para ele “risk means the anticipation of the catastrophe” (2009:9) e tem a ver com “the possibility of future occurrences and developments; they make present a state of the world that does not (yet) exist” (2009:9), significando principalmente “the controversial reality of the possible, which must be demarcated from merely speculative

possibility, on the one hand, and from the actual occurrence of the catastrophe, on the other” (2009:9).

Para o sociólogo alemão “the answer, reduced to a formula, is: global risk is the staging of the reality of global risk (...)” (2009:10), ou seja “(...) the greater and more objective a risk appears, the more its reality depends on its cultural evaluation. In other words, the objectivity of a risk is a product of its perception and its staging (also by experts)” (2009:13), e despoleta “(...) a social production and construction of reality” (2009:16).

A partir desta hipótese, Beck conceptualiza os riscos globais com novas propriedades, especificamente a deslocalização, “causes and consequences are not limited to one geographical location or space: they are in principle omnipresent” (2009:52), incalculabilidade, “consequences are in principle incalculable” (2009:52) e a impossibilidade de compensar as vítimas.

Para Beck, a partir desta fundação, é perfeitamente claro que neste momento estejam em confronto na Europa “two conflicting lines of historical development (...) namely, a high level of security founded on perfecting technical – bureaucratic norms and controls and the spread of historically novel threats that slip through all the meshes of law, technology and politics” (2009:28).

Beck reforça que é agudo o grau de conflito entre as duas linhas acima mencionadas porque “ (...) risk societies, in virtue of the historical logic of their national and international legal systems, and scientific norms, are prisoners of a repertoire of behaviours that completely misses not only the globality of environmental crises but also the specificity of manufactured uncertainties” (2009: 32), o que reforça a contradição exibida, já que “ (...) threats and catastrophes – at the very historical moment when they are becoming more dangerous (...) – increasingly escape all established concepts, causal norms, assignments of burdens of proof and ascriptions of accountability” (2009:32).

Aliás, reforça Beck, todas estas carências fazem com que “what differentiates the old nation – state security agenda of the first modernity from the new postnational security agenda of the second modernity is thus the regime of non – knowing, even worse, not just of know, but above all of unknown non – knowing – of “unknown unknowns” – and hence the collapse of ontological security. This is lost when at least one factor in the

classical security equation – agent, intention, potential – become an unknown” (2009:40).

Beck reforça esta hipótese, escrevendo que “living in world risk society means living with ineradicable non – knowing, or, to be more precise, with the simultaneity of threats and non – knowing and the resulting political, social and moral paradoxes and dilemmas” (2009:115), ou seja “living in the milieu of manufactured non – knowing means seeking unknown answers to questions that nobody can clearly formulate” (2009:115), o que “permeates and transforms human conditions of life and suffering, expert and control systems, the notions of sovereignty and state authority, of law and human dignity” (2009:115).

Amoore e de Goede procuram desenvolver criticamente as hipóteses conceptuais de Beck, concentrando – se nas estratégias e práticas dos Estados – Nação subordinadas ao império do risco.

As duas investigadoras revelam que aquilo que lhes interessa é a exploração da hipótese lançada pelo sociólogo alemão, a de “how to feign control over the uncontrollable”, ou seja, escrevem Amoore e de Goede como “ the appearance of securability and manageability is sustained” (2008:9) e como a construção do risco determina os decisores e os cidadãos .

Amoore e de Goede consideram que o risco é empregue pelos Estados como “a technology of preemptive targeting” (2008:7), já que “risk – based calculative models and practices are emerging as a key means of identifying vulnerable spaces and suspicious populations (...)” (2008:6) e desencadeiam “complex new spaces of governing in which public and private authorities, knowledges and datasets cooperate closely, and sometimes become practically indistinguishable” (2008:7), procurando, deste modo, avançar com as respostas possíveis às incertezas manufacturadas e às incógnitas desconhecidas referenciadas por Beck.

Problematizado de outro modo, ainda por Amoore e de Goede, risco é hoje “ a particular mode of governing – a means of making an uncertain and unknowable future amenable to intervention and management” (2008:9).

Para Amoore e de Goede, os Estados – Nação, na sua relação com os riscos globais contemporâneos, procuram reinventar o “dispositif of precaution” de Foucault, onde “ a

desire for zero risk joins a vision of worst case scenarios in order to enable preemptive action (...) “ (2008:11).

Amoore e de Goede observam, a partir de dados empíricos recolhidos por outros investigadores, que a capitalização do estado de risco global por parte dos Estados gera “novas soberanias” (2008:13) “located in technologies of risk management in which state power is revitalized via alliances with expertise” (2008:13).

de Goede aponta que um dos territórios onde os Estados exercem novas soberanias, ou tentam o seu exercício, é o das transacções financeiras que sustentam o terrorismo e o crime organizado, já que, para ela, “risk is central to the dividing practices of terrorist finance – for risk becomes the automated means through which the “suspect” is sorted from the “legitimate”, the “abnormal” is separated from the “normal” “ (2008:99).

Mas, neste ponto, de Goede explora um conceito original, o do novo “poder soberano” oposto ao exercício da soberania tradicional. Apoiando – se em propostas teóricas como as de Edkins e Pin - Fat, de Goede defende que as manifestações de “new “financial borders” signifies a return of sovereign power over deterritorialized financial flows” (2008:98), devendo “be understood to operate not as a centrally (state-) directed subjugation of market forces, but as one that works as a complex and mobile “dividing practice” “(2008:98).

Para de Goede, este poder soberano é exercido de modo “dispersed, not centralised” (2008:100), e através de uma “complex assemblage” (2008:100), na qual “financial institutions are newly authorized to make security decisions, and in which commercial data are newly inscribed with public security meanings” (2008:100).

de Goede aponta que estes novos sistemas geram uma pluralidade de forças (2008:100) no exercício de medição dos riscos globais, como são os “risks analysts and the models they build, both the security experts and the imagination they deploy, both the mid – level bureaucrat and the law they exceed” (2008:100).

No entanto, as práticas de resposta ao risco global adoptadas pelos Estados são ainda objectos de classificação instável. de Goede, como vimos, defende o conceito geral de “novos poderes soberanos”, mas é na especificidade dos campos de aplicação e de acção pública e privada que se notam as maiores indefinições. As propostas mais difundidas são as de “proxy sovereignty” (2008:101), em que os Estados estendem a entidades

privadas especializadas, como as financeiras e bancárias, o poder de pesquisa e decisão, e “petty sovereigns” (2008:101) em que estruturas públicas tomam decisões sobre níveis de risco e suspeitos de criação de perigos.

O que estas novas soberanias provocam, segundo de Goede, são “everyday spaces of exception, in which specific transactions and specific persons are preemptively targeted” (2008:110).

Amoore, do que observa na paisagem contemporânea de risco, estende o espaço de excepção criado pelos Estados, elevando – o a economias de excepção (2008:115) cujo conhecimento “has become critical to our sense of how sovereignty is manifested and how exception is concretely materialized” (2008:115).

Observando as parcerias entre entidades públicas americanas com responsabilidades de segurança e privadas com conhecimento de programação e telecomunicações, com o objectivo de obter conhecimento relacionado com “sorting and profiling the electronic imprints of ways of life” (2008:120), Amoore descobre que “the spaces of exception emerging within the homeland security project, then, are complex and highly mobile, ever shifting, circulating and drawing in new subjects and calling up new subjectivities” (2008:120).

Estas economias e espaços de excepção são criados, segundo Amoore, por “risk practices” (2008:127), que não se destinam a obter prevenção, mas sim “preemption; they do not seek to reduce or limit risk, but to run with it; they are not designed to render safe or secure, but instead to give the appearance of securability” (2008:127).

Aradau e van Munster vão mais longe nas hipóteses que levantam relacionadas com a apropriação do estado de risco catastrófico e permanente por parte dos Estados. Os dois investigadores consideram que o passo inicial para uma correcta observação é o de romper com a tese de Beck de sociedade de risco (2008:24) e adoptar a proposta de Foucault adaptada às entidades contemporâneas com funções de governo, isto é “risk as a dispositif to govern social problems” (2008:25).

O dispositivo é configurado por Foucault como “discourses, institutions, architectural forms, regulatory decisions, laws, administrative measures, scientific statements, philosophical moral and philanthropic propositions” (1980:194).

## Eliminar o medo - jvegar

---

Para Aradau e van Munster, o dispositivo de risco consiste em “rationalities and technologies to monitor and predict dangerous occurrences in the future” (2008:30) e baseia-se nos princípios de “zero risk, worst case scenario, shifting the burden of proof and serious and irreversible damage” (2008:30).

Aradau e van Munster defendem que os Estados desenham os dispositivos de risco precaucionário possíveis porque não conseguem escapar à “emergence of a precautionary element that has given birth to new rationalities of government that require that the catastrophic prospects of the future be tamed and managed” (2008:24).

Segundo os dois investigadores, os dispositivos e as novas racionalidades estão em constante mutação, porque dependem das “knowledgeable representations of the problems and objects to be governed and on the available technologies to produce particular effects in the governed” (2008:26).

Curiosamente, Aradau e van Munster recuperam a taxinomia de Beck para ordenar aquilo que definem como as novas racionalidades de governação, escrevendo que os “known knowns” activate technologies of responsibility” (2008:29), enquanto os “known unknowns” estão relacionados com o “unknown future that can be governed through statistical probabilities and other forms of computation” (2008:29), e finalmente os “unknown unknowns” representam os “catastrophic events that disturb the existing modalities of taming uncertainty” (2008:29).

Larner enquadra todos estes movimentos num novo imaginário espacial criado pela dimensão e globalização dos riscos, que gera novas técnicas de governação, isto é a procura de novas formas de soberania.

Como bem aponta Coutin, a presença global e não eliminável do risco e a resposta possível dos agentes dominados por aquele geram “raides para o desconhecido”.

Assistimos, deste modo, a toda uma nova reconfiguração das fontes do medo, que os Estados – Nação tentam eliminar, gerando e empregando as estratégias e os mecanismos que consideram mais eficazes para obter o nível mais próximo da utópica segurança total para os seus cidadãos.

Assim, o trabalho permanente de construção da segurança, uma das condições básicas da felicidade, pode, simultaneamente, dar origem a novos perigos, como são a aceitação



forçada ou inevitável da presença ditatorial da vigilância, ou a exclusão mecânica e automática do Outro.

### Referências Bibliográficas

Amoore, Louise e Marieke De Goede (2008), "Introduction", em Louise Amoore e Marieke De Goede (orgs), *Risk and the War on Terror*, London and New York, Routledge.

Amoore, Louise (2008), Consulting, culture, the camp, em Louise Amoore e Marieke De Goede (orgs), *Risk and the War on Terror*, London and New York, Routledge.

Aradau, Claudia e Rens van Munster (2008), Taming the future, em Louise Amoore e Marieke De Goede (orgs), *Risk and the War on Terror*, London and New York, Routledge.

Appadurai, Arjun (2006), *Fear of small numbers*, London, Duke University Press.

Beck, Ulrich (1992), *Risk Society: Towards a new modernity*, London, Sage.

Beck, Ulrich (1994), *The reinvention of politics: towards a theory of reflexive modernization*. In Beck, U; Giddens, A; and Lash, S; *Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the modern social order*, Cambridge, Polity Press.

Beck, Ulrich (1996), World risk society as cosmopolitan society? Ecological questions in a framework of manufactured uncertainties, in *Theory, Culture and Society*.

Beck, Ulrich (2009), *World at Risk*, Cambridge, Polity Press.

Coutin, Susan Bibler (2008), Subverting discourses of risk in the war on terror, em Louise Amoore e Marieke De Goede (orgs), *Risk and the War on Terror*, London and New York, Routledge.

De Goede, Marieke (2008), Risk, preemption and exception in the war on terrorist financing, em Louise Amoore e Marieke De Goede (orgs), *Risk and the War on Terror*, London and New York, Routledge.

## Eliminar o medo - jvegar

---

Larner, Wendy (2008), *Spatial imaginaries*, em Louise Amoore e Marieke De Goede (orgs), *Risk and the War on Terror*, London and New York, Routledge.